



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ACTA NÚMERO 18/XIV/ 1.ª SL

Aos 08 dias do mês de maio de 2020, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, na do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

Audição de Deputados ao Parlamento Europeu sobre a atualidade europeia:10:00 - Marisa Matias (BE)11:15 - João Ferreira (PCP)

(reunião a realizar por videoconferência)

Audição de Deputados ao Parlamento Europeu sobre a atualidade europeia:10:00 - Marisa Matias (BE)11:15 - João Ferreira (PCP)

(reunião a realizar por videoconferência)

O Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputado Luís Capoulas Santos, declarou aberta a audição, tendo dirigido cumprimentos aos Deputados presentes e aos Deputados ao Parlamento Europeu intervenientes, agradecendo a ambos a disponibilidade para estarem presentes e louvando-lhes o trabalho desenvolvido no Parlamento Europeu.

A reunião principiou pela intervenção da Senhora Deputada Marisa Matias, a quem o Senhor Presidente deu a palavra e no uso da qual a Senhora Deputada começou por destacar a necessidade e urgência de políticas europeias comuns em articulação com políticas nacionais, abrindo ensejo, seguidamente, à descrição do estágio atual das respostas europeias.

Nessa proposição, acentuou o que designou de *ping pong* entre as instituições europeias, referindo sumariamente o leque de medidas conhecidas, como o SURE, as *recovery bonds* na área da saúde, os empréstimos ativados pelo BEI, a redefinição dos fundos estruturais e das suas vias de aplicação e o programa do BCE de compra de dívida pública até 750 mil milhões de euros.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ACTA NÚMERO 18/XIV/ 1.ª SL

Continuando no uso da palavra, procedeu a Senhora Deputada ao Parlamento Europeu à casuística de cada uma das medidas que referira. Nessa ordem,

- sobre as medidas da Comissão Europeia referiu a importância do Fundo de recuperação económica europeia assentar em políticas económicas contracíclicas financiadas pela política monetária, cujos montantes expectáveis para os Estados-Membros, divididos entre subvenções e empréstimos, devem privilegiar a primeira das vias;
- por relação ao BCE e ao seu programa de compra de dívida até 750 mil milhões de Euros, indicou a proposta apresentada pelo BE no sentido de uma emissão de dívida de grande maturidade e de juros baixos;
- abordou a recente reprogramação dos Fundos estruturais e, em conexão, manifestou o seu desejo quanto ao novo QFP, dele esperando que reveja os cortes antes anunciados na coesão e as propostas de aumento de verbas em áreas como a proteção das fronteiras e o armamento.

Continuando, explicou a Senhora Deputada ao Parlamento Europeu a importância de uma participação direta do Parlamento no orçamento comunitário como fator de legitimação democrática, terminando com duas notas finais: uma para lembrar a necessidade de garantir o cumprimento dos princípios do Estado Democrático no espaço da União Europeia, a este respeito recordando algumas soluções legislativas seguidas na Hungria ou na Polónia e o drama com a proteção dos refugiados que procuram a Europa, e outra para pedir atenção para as situações de desigualdade e para as assimetrias em tempos de crise, quer entre países e regiões, quer entre grupos sociais desfavorecidos, para isso defendendo políticas de defesa do direito do trabalho. Para terminar, advertiu ser esta a última oportunidade que a União Europeia tem para demonstrar ser um projeto de solidariedade e afastar caminhos que possam levar ao seu desmoronamento.

Terminada a intervenção houve espaço para uma ronda única de questões, onde intervieram a Senhora Deputada Isabel Meireles (PSD), a Senhora Deputada Isabel



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ACTA NÚMERO 18/XIV/ 1.ª SL

Rodrigues (PS), as Senhoras Deputadas Fabíola Cardoso e Beatriz Gomes Dias (BE), o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP), o Senhor Deputado João Almeida (CDS) e a Senhora Deputada Cristina Rodrigues (PAN). Nesta ronda de perguntas:

A Senhora Deputada Isabel Meireles confrontou os princípios ideológicos do Bloco de Esquerda com o europeísmo defendido na resposta à crise de Covid-19, e de seguida:

- abordou a proposta do Governo espanhol no sentido de uma emissão de dívida através de obrigações perpétuas com juros reduzidos;
- acompanhou as críticas manifestadas pela Senhora Deputada ao Parlamento Europeu à atuação de diversos governos, mais acrescentando à lista exposta novos países e situações;
- lembrou as pressões da China sobre o Serviço Externo da União Europeia no sentido da modificação de um relatório sobre desinformação e *fake news* a propósito do Covid-19, considerando-as inaceitáveis e preocupantes para a transparência da informação.

A Senhora Deputada Isabel Rodrigues chamou atenções para, no âmbito do novo QFP, a PAC e a coesão não poderem constituir as variáveis do ajustamento face à definição de novas prioridades no âmbito da União Europeia, e destacou a resposta europeia, marcada pela solidariedade, a esse respeito mencionando a proteção das dívidas soberanas dos Estados-Membros e as medidas de apoio ao emprego e proteção dos rendimentos, como o acordo SURE e o financiamento do BEI. Lembrou também que o novo Fundo de recuperação económica a encaixar-se no QFP não deve esquecer as prioridades fundamentais da transição digital e de uma economia verde, sendo também importante que a sua composição se sirva de subvenções, mais do que de empréstimos, como instrumento privilegiado de financiamento dos Estados; e, no fim, abordou e pediu da Senhora Deputada ao Parlamento Europeu esclarecimentos acerca de temas como a emissão de moeda no contexto



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ACTA NÚMERO 18/XIV/ 1.ª SL

As Senhoras Deputadas Fabíola Cardoso e Beatriz Gomes Dias referiram-se aos seguintes pontos do debate:

- a proteção dos direitos fundamentais dos cidadãos na União Europeia, especialmente no atual cenário colocado pela pandemia de Covid-19, sendo premente rejeitar derivas autoritárias e antidemocráticas e prestar especiais cuidados com o aumento da violência doméstica, com a discriminação de género e sexual, com os portadores de deficiência e com os refugiados à porta da Europa;

- um reforço do QFP e do Plano de recuperação económica nos montantes para políticas de coesão, com a diminuição das verbas previstas para áreas como a proteção das fronteiras, armamento, segurança e defesa;

- a cultura, enquanto atividade profundamente afetada pela pandemia, e a necessidade de se encontrarem medidas setoriais de resposta, procurando saber de que forma pode o QFP ser reestruturado nesse sentido;

O Senhor Deputado Bruno Dias abordou na sua exposição a nova proposta de revisão do orçamento da União Europeia, onde destacou a necessidade de nele se reforçar substancialmente a dimensão dos montantes para que haja capacidade de resposta aos novos e graves problemas que estão pela frente. Analisou também a importância da função redistributiva do orçamento da União Europeia, destacando a necessidade de nele se refletirem, para cada país e em relação ao contributo de cada Estado-Membro, os ganhos relativos resultantes da integração no mercado único e mencionou a importância da natureza dos recursos da União Europeia, entre subvenções e empréstimos, destacando que as respostas assentes no SURE e no Mecanismo de Estabilidade Financeira são apenas dívida. Para terminar, e a respeito da mutualização das dívidas públicas dos países da Europa, perguntou se não pode abrir-se a partir dela a porta da sujeição dos poderes políticos estaduais aos diretórios políticos europeus.

O Senhor Deputado João Almeida questionou tripticamente acerca do otimismo que se sente em Portugal sobre aquela que se espera que venha a ser a proposta de QFP, onde comentou criticamente a resposta europeia pela sua insuficiência quantitativa e



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ACTA NÚMERO 18/XIV/ 1.ª SL

qualitativa; e, de seguida e sobre a aplicabilidade de mecanismos da resposta europeia como o SURE, questionou se funcionará permitindo aos Estados-Membros discricionariedade de aplicação, nomeadamente para medidas de combate ao desemprego e políticas de formação profissional. Como última questão, relacionada com o QFP e a adenda do novo Fundo de recuperação, indagou acerca das garantias existentes sobre a utilização dos seus recursos financeiros para a política agrícola comum ou para a coesão.

A Senhora Deputada Cristina Rodrigues (PAN) destacou as políticas de coesão e agricultura, lembrando a primeira proposta de QFP para 2021-2027 e os cortes que ela anunciava, aqui perguntando que impacto esses cortes podem ter para países como Portugal e o que tem sido feito para que tal se altere; interrogou também sobre o clima, procurando saber se se manterá o compromisso de 20% do orçamento para políticas de combate às alterações climáticas e se a crise de Covid-19 comprometerá o cumprimento do Pacto Ecológico Europeu; e, terminando, questionou se deve Portugal bater-se por um QFP com financiamento próprio, nomeadamente por taxas sobre o plástico e querosene e sobre transações financeiras.

A Senhora Deputada convidada respondeu a cada uma das questões de modo individualizado e, no fim a sua audição, o Senhor Presidente agradeceu a sua presença e os esclarecimentos prestados.

Terminada a primeira audição, o Senhor Presidente passou à audição do Senhor Deputado ao Parlamento Europeu João Ferreira, a quem saudou e agradeceu a disponibilidade, dando-lhe a palavra para uma primeira intervenção.

O Senhor Deputado ao Parlamento Europeu, João Ferreira, após agradecer o convite a si formulado e cumprimentar o Senhor Presidente da Comissão Europeia e os restantes Deputados presentes, usou o tempo da sua intervenção para, numa primeira referência sucinta, enumerar a situação pré-pandemia vivida no seio da União Europeia, que caracterizou como:

- reveladora de uma desaceleração no plano económico, acompanhada de uma diminuição das taxas de crescimento, mais pronunciada na Zona Euro do que conjunto da União;



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ACTA NÚMERO 18/XIV/ 1.ª SL

- expressiva de níveis de desemprego baixo, mas sem correspondência numa evolução positiva dos salários;

- demonstrativa, no plano institucional e no rescaldo da saída do Reino Unido em todos os seus reflexos, de um quadro de negociação do novo QFP 2021-27 onde as propostas sobre a mesa cortavam nos recursos à coesão e reforçavam novas prioridades alinhadas com os interesses das principais economias europeias.

O Senhor Deputado ao Parlamento Europeu prosseguiu na sua exposição em cotejo com o quadro europeu pré-pandémico, destacando que a erupção do surto de Covid-19 veio abrir problemas na União Europeia, possivelmente duradouros e de desfecho incerto, caracterizando genericamente aquela que tem sido a resposta das instituições. Sob essa capa temática descreveu o Senhor deputado:

- que a resposta europeia é um decalque da resposta europeia à crise de 2008, permitindo a Comissão Europeia aos Estados gastar tanto quanto for preciso na salvaguarda das suas economias e aligeirando temporariamente, mas sem suspender, as regras do Pacto de Estabilidade e Crescimento;

- a suspensão das regras europeias relativas à admissibilidade de ajudas de Estado;

- programa de compra de dívida do Banco Central Europeu, que foi reforçado e que continua a desempenhar um importante papel na estabilidade das taxas de juro da dívida pública dos países mais endividados nos mercados secundários, embora, por na prática constituir um financiamento indireto, dever ter uma natureza temporária que se tem revelado impossível e servido por isso de argumento a certa contestação alemã. Neste domínio, ainda, referiu o Senhor Deputado ao Parlamento Europeu que tal plano de compra de dívida pelo BCE não impediu que os Estados continuassem reféns dos mercados financeiros, denotando a evolução das taxas de juro soberanas desde janeiro, cotejando maiores vantagens para países como a Alemanha face aos países da periferia do Euro, cujos juros têm subido;

- a reprogramação dos Fundos estruturais, mas sem que tal significasse novas verbas adicionais;

- as linhas criadas no âmbito e à imagem do Mecanismo Europeu de Estabilidade, como o programa SURE, mas com a natureza de empréstimos e



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ACTA NÚMERO 18/XIV/ 1.ª SL

caracterizadas por condições de acesso piores das atualmente existentes nos mercados.

Na continuação da sua exposição, caracterizou o Senhor Deputado aquelas que têm sido as respostas do PCP e a sua intervenção nas propostas legislativas da União Europeia, onde defendeu (1) o reforço e a flexibilidade no uso de verbas dos fundos estruturais; (2) a necessidade de encarar em conjunto a análise do QFP e do Plano de recuperação económica que se adivinha, com um reforço das contribuições nacionais como fonte preferencial de financiamento para melhor assegurar a função redistributiva do orçamento; (3) a anulação da fração da dívida soberana emitida pelos Estados e que esteja na posse do BCE no hiato de duração das circunstâncias excecionais atuais, dessa forma compatibilizando soluções de garantia do acesso ao financiamento com soluções que evitem a escalada do peso da dívida no PIB de países como Portugal.

Terminada a intervenção houve ensejo a uma ronda única de questões, formuladas individualmente pelos Senhores Deputados e prontamente respondidas, em que intervieram os Deputados/as:

Isabel Rodrigues e Cristina Moreira, do Grupo Parlamentar do PS, lembrando:

A Senhora Deputada Isabel Rodrigues que o Governo português, por via do seu Primeiro-Ministro, tomara já uma posição quanto àquela que deverá ser a resposta europeia à nova crise que se prevê, rejeitando as soluções austeras escolhidas em 2008, pelo que haverá que ter em conta a proteção das dívidas soberanas, a par do emprego e do rendimento das pessoas. Seguindo na sua intervenção, advogou que as respostas europeias quanto ao Fundo de recuperação não poderão também esquecer as assimetrias já existentes entre Estados e regiões, sob o risco da sua agravação. A respeito do Fundo de recuperação, a Senhora Deputada pediu que o Senhor Deputado ao Parlamento Europeu explanasse a sua posição relativamente à distribuição dos seus recursos e, por fim, que esclarecesse se partilha das preocupações manifestadas acerca das limitações do Parlamento Europeu na construção do novo QFP;

e questionando



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ACTA NÚMERO 18/XIV/ 1.ª SL

A Senhora Deputada Cristina Moreira sobre a futura reindustrialização da Europa e as indústrias escolhidas nesse afã (as ligadas à ciência, ao desenvolvimento de equipamentos de proteção individual, ao calçado e ao têxtil, ao automóvel), bem como sobre a valorização dos recursos humanos no âmbito do Fundo de recuperação, visando a sua formação e combate à pobreza, sobretudo de populações de risco como refugiados, terminando com um pedido de opinião por parte do Senhor Deputado convidado sobre a proposta de um rendimento mínimo social europeu.

Sérgio Marques, do Grupo Parlamentar do PSD, que delimitou a sua intervenção por três temas:

- as ameaças ao mercado interno e à concorrência que a flexibilização das regras europeias trouxe em matéria de ajudas de Estado, nomeadamente a possibilidade de empresas sediadas em países de maior competitividade e poderio económico ganharem uma posição favorável quando comparadas com as empresas sediadas na periferia sul da União Europeia;

- a recente decisão do Tribunal Constitucional Alemão, com potencial condicionador da atuação do BCE e do seu papel de estabilizador dos juros das dívidas soberanas dos países da União Europeia;

- as Regiões Ultraperiféricas da União Europeia, tema sobre o qual pediu a opinião do Senhor Deputado ao Parlamento Europeu porquanto estas regiões apresentam especial vulnerabilidade, mormente pela dependência do seu acesso pelo transporte aéreo e pela importância do setor do turismo, ambas as atividades - turismo e transporte aéreo – assaz fustigadas e envoltas em medidas restritivas no que à sua recuperação pós-Covid respeita;

Fabíola Cardoso e Beatriz Gomes Dias, do Grupo Parlamentar do BE, em intervenções intercaladas,

- uma primeira por parte da Senhora Deputada Fabíola Cardoso que afirmou a necessidade de uma convergência europeia por políticas de combate à pobreza e à exclusão social, suportadas num sistema comum de rendimento, e interrogou pelas perspectivas de um novo equilíbrio de forças com eco nas instituições europeias capaz de alterar o seu atual paradigma de atuação e organização. De seguida, analisando a



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ACTA NÚMERO 18/XIV/ 1.ª SL

discussão sobre os recursos financeiros da UE e sobre a sua política fiscal, sustentou a necessidade de um orçamento comunitário suportado pela taxaço de grandes operaçoes financeiras e das grandes empresas digitais, bem como por uma política fiscal europeia justa de combate ao dumping seguido como estratégia por alguns Estados-Membros;

- e, depois e da lavra da Senhora Deputada Beatriz Gomes Dias, uma abordagem tópica da solidariedade europeia, em domínios como a fiscalidade - que traz vantagens e mais benefícios para os atuais países ditos frugais - e o acolhimento de refugiados que procuram o continente, aqui questionando criticamente ideias como a de uma Europa-fortaleza onde tenham espaço para crescer criminalizaçoes da imigraço e partidos de extrema direita;

Bruno Dias, do Grupo Parlamentar do PCP, a quem se deveu uma referênci a recente decisào do Tribunal Constitucional alemão que aportou novos argumentos de soberania nacional ao discurso em redor das políticas europeias e, com essa tônica da capacidade da defesa do interesse nacional no âmbito de uma União Económica e Monetária, questionou acerca da preparaço do país para os vários cenários que podem ser colocados na resposta à atual crise de saúde pública nos planos económico, monetário e financeiro;

João Almeida , do Grupo Parlamentar do CDS, anotou reticênci a um certo otimismo relativo à resposta europeia à atual crise, renovando a memória relativa ao QFP e às dificuldades na sua aprovaço e, a este respeito, referindo que dele não pode ser dissociada a discussào em volta de um Fundo de recuperaço. Concomitantemente lembrou que antes da crise de Covid-19 discutia-se um QFP que unanimemente Portugal rejeitava por não acautelar o interesse nacional, pelo que agora, e ainda que o QFP se junte na grelha de um Fundo de recuperaço, haverá de conseguir não repetir erros registados no passado relativos à afetaço dos seus recursos. Em seguida referiu-se ao SURE, programa sobre cujos recursos financeiros questionou acerca das garantias que Portugal tem em poder utilizar à medida das suas necessidades e não na medida das necessidades de um programa desenhado por Bruxelas.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ACTA NÚMERO 18/XIV/ 1.ª SL

O Senhor Deputado convidado respondeu às questões que lhe foram endereçadas pelos Senhores Deputados da Comissão de Assuntos Europeus de forma individualizada.

Dando por encerrada a audição, o Senhor Presidente agradeceu a presença e os esclarecimentos prestados pelos Senhores Deputados ao Parlamento Europeu.

A audição foi gravada em vídeo e transmitida em direto pelo Canal Parlamento, constituindo a gravação parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede (gravação integral disponível em: <http://canal.parlamento.pt?cid=4503&title=audicao-de-marisa-matias-be-deputada-ao-parlamento-europeu>)

A reunião foi encerrada às 12:48 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 19 maio 2020.

O PRESIDENTE

(LUÍS CAPOULAS SANTOS)



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ACTA NÚMERO 18/XIV/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Miguel dos Santos
António Cunha
António Lima Costa
Bacelar de Vasconcelos
Beatriz Gomes Dias
Bruno Dias
Carlos Brás
Constança Urbano de Sousa
Cristina Rodrigues
Fabíola Cardoso
Isabel Meireles
Isabel Oneto
Isabel Rodrigues
João Pinho de Almeida
Luís Capoulas Santos
Paulo Moniz
Pedro Cegonho
Rita Borges Madeira
Rosário Gambôa
Sérgio Marques
António Maló de Abreu
Catarina Rocha Ferreira
Cristina Moreira
Fernando Paulo Ferreira
Francisco Pereira Oliveira
Tiago Barbosa Ribeiro

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: